

TRIBUNA

CONTEÚDO, PARCERIA E RESULTADO

SEGUNDA-FEIRA
16 DE MAIO DE 2022



EDIÇÃO
DIGITAL



PUBLICIDADE LEGAL

📞 (4 1) 9 9 9 7 3 7 6 8 8

publicidadelegal@tribunadoparana.com.br

Sociedade Rádio Emissora Paranaense S.A. CNPJ: 76.494.806/0001-45

Demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021 e 2020

Para versão digital acesse o link: <https://tribunapr.uol.com.br/publicidade-legal/anunciante/sociedade-radio-emissora-paranaense-s-a/>

Balancos patrimoniais Para o exercício findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de Reais)							
	Nota explicativa	2021	2020		Nota explicativa	2021	2020
Ativo				Passivo			
Ativo circulante				Passivo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	8	15.605	19.524	Fornecedores	17	4.740	3.954
Contas a receber de clientes	9	28.094	28.647	Arrendamento	18	3.114	4.225
Partes relacionadas	10	1.495	2.781	Obrigações sociais e trabalhistas	19	14.722	12.896
Estoques		-	639	Obrigações tributárias	20	5.953	3.532
Despesas antecipadas		461	865	Comissões e bonificações		1.878	1.037
Tributos a recuperar	11	98	6.782	Partes relacionadas	10	23	66
Outras contas a receber	12	2.085	2.900	Dividendos a pagar	23.d	-	3.947
				Outras contas a pagar		413	424
Total ativo circulante		47.838	62.139	Total passivo circulante		30.843	30.080
Ativo não circulante				Passivo não circulante			
Tributos a recuperar	11	18	52	Arrendamento	18	23.015	18.961
Depósitos judiciais	21	1.162	2.426	Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	21.a	2.631	3.028
Ativo fiscal diferido	22.a	4.840	3.967				
Outras contas a receber	12	3.763	5.663				
Direito de uso	14	24.048	22.000				
Imobilizado	15	19.844	17.977				
Intangível	16	2.304	1.514				
Total do ativo não circulante		55.981	53.600	Total do passivo não circulante		25.647	21.988
				Patrimônio Líquido			
				Capital social	23	16.696	16.696
				Reserva de capital		8.792	8.792
				Reservas de lucros		21.842	38.183
				Total do patrimônio líquido		47.329	63.671
Total do ativo		103.819	115.739	Total do passivo e patrimônio líquido		103.819	115.739

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de Reais)							
Em	Nota Explicativa	Capital social	Reserva de capital	Reserva de lucros		Lucros acumulados	Total
				Reserva legal	Reserva de lucros a realizar		
Em 31 de dezembro de 2019		<u>16.696</u>	<u>8.792</u>	<u>3.339</u>	<u>542</u>	<u>32.512</u>	<u>61.881</u>
Dividendos 2019 aprovados - AGO 48º	23.d	-	-	-	-	(32.512)	(32.512)
Lucro líquido do exercício	23.d	-	-	-	-	45.737	45.737
Dividendos mínimos obrigatórios	23.c	-	-	-	-	(11.434)	(11.434)
Transferência entre reservas	23.c	-	-	-	-	34.302	34.302
Em 31 de dezembro de 2020		<u>16.696</u>	<u>8.792</u>	<u>3.339</u>	<u>542</u>	<u>34.302</u>	<u>63.671</u>
Dividendos 2020 aprovados - AGO 49º	23.d	-	-	-	(542)	(34.302)	(34.844)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	41.712	41.712
Dividendos mínimos obrigatórios	23.d	-	-	-	-	(10.428)	(10.428)
Dividendos complementares	23.d	-	-	-	-	(12.781)	(12.781)
Transferência entre reservas	23.c	-	-	-	-	18.502	18.502
Em 31 de dezembro de 2021		<u>16.696</u>	<u>8.792</u>	<u>3.339</u>	<u>542</u>	<u>18.502</u>	<u>47.329</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras (Em milhares de Reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)	
--	--

1 Contexto operacional

A Sociedade Rádio Emissora Paranaense S.A. ("Companhia") com sede em Curitiba (PR) presta serviços sob regime de concessão pública não onerosa, de radiodifusão com finalidades educacionais, culturais, informativas, recreativas e serviços especiais de telecomunicações de qualquer natureza. Sua atividade principal é a retransmissão da programação da TV Globo para as regiões das cidades de Curitiba e Londrina com base em contrato comercial firmado com a TV Globo. Esse contrato também estabelece pagamento à TV Globo dos gastos relacionados diretamente com as receitas de publicidade veiculadas, tais como participações na receita, comissões e bonificações do volume às agências de propaganda.

A Companhia atua integradamente com empresas no âmbito do GRPCOM - Grupo Paranaense de Comunicação, compartilhando algumas estruturas administrativas, cujos custos são atribuídos às empresas de acordo com critérios definidos em comum acordo entre estas empresas e que levam em consideração os correspondentes benefícios gerados.

As licenças federais necessárias para atividades de televisão são concedidas pelas autoridades governamentais brasileiras e aprovadas pelo Congresso Federal. Estas licenças são concedidas individualmente e por região de atuação, não sendo exclusivas e tendo um prazo pré-determinado, e atualmente as licenças encontram-se vigentes.

2 Base de preparação

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras são consistentes com aquelas adotadas e apresentadas nas demonstrações financeiras da Companhia do exercício findo em 31 de dezembro de 2020. As políticas contábeis de transações consideradas imateriais não foram incluídas nessas demonstrações financeiras.

Ressalta-se, ainda, que as políticas contábeis foram aplicadas de modo uniforme no período corrente, estão consistentes com o exercício e período comparativos apresentados.

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP).

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria em 28 de abril de 2022.

Após a sua emissão, somente os acionistas têm o poder de alterar as demonstrações financeiras.

3 Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

4 Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou estimativas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

a. Incerteza sobre premissas e estimativas

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas em 31 de dezembro de 2021 que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo ano fiscal estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota explicativa 9** - mensuração de perda de crédito esperada para contas a receber: principais premissas na determinação da taxa média ponderada de perda;
- **Notas explicativas 6.11 e 18** - determinação do período de arrendamento e taxas de desconto;
- **Nota explicativa 6.5 e 15** - revisão da vida útil e valor residual;
- **Nota explicativa 21** - reconhecimento e mensuração de provisões e contingências: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das salidas de recursos;
- **Nota explicativa 22** - Reconhecimento de ativos fiscais diferidos: disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual diferenças temporárias dedutíveis e prejuízos fiscais possam ser utilizados.

5 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico.

6 Principais políticas contábeis

6.1 Receita de contrato com o cliente

A receita é mensurada com base na contraprestação especificada no contrato com o cliente. A Companhia reconhece a receita quando transfere o controle sobre o serviço ao cliente.

A tabela abaixo fornece informações sobre a natureza e a época do cumprimento de obrigações de desempenho em contratos com clientes, incluindo condições de pagamento significativas e as políticas de reconhecimento de receita relacionadas.

Tipo de serviço	Natureza e a época do cumprimento das obrigações de desempenho, incluindo condições de pagamento significativas	Reconhecimento da receita conforme o CPC 47
Publicidade	A receita com publicidade é reconhecida após a veiculação das inserções de mídia contratadas pelo cliente. Os recebimentos das vendas ocorrem normalmente em um prazo médio de 20 dias.	A receita é reconhecida no mês em que o serviço é prestado ao cliente.
Produção Comercial	A companhia realiza serviços de produção comercial. A receita desse serviço é reconhecida somente após a realização do mesmo. Os recebimentos das vendas ocorrem normalmente em um prazo médio de 27 dias.	A receita é reconhecida no mês em que o serviço é prestado ao cliente.
Produção de Eventos	A companhia realiza serviços de produção e cobertura de grandes eventos. A receita desse serviço é reconhecida somente após a realização do mesmo. Os recebimentos das vendas ocorrem normalmente em um prazo médio de 25 dias.	A receita é reconhecida no mês em que o serviço é prestado ao cliente.
Serviço de Geração Digital	A companhia realiza serviços de envio de entrega e envio de materiais de mídia a serem veiculados por meio digital. A receita desse serviço é reconhecida somente após a realização do mesmo. Os recebimentos das vendas ocorrem normalmente em um prazo médio de 20 dias.	A receita é reconhecida no mês em que o serviço é prestado ao cliente.

6.2 Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre aplicações financeiras, juros sobre contas a receber de clientes e variação cambial. As despesas financeiras abrangem, principalmente, despesas com juros e variação cambial. A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado pelo método de juros efetivos.

6.3 Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos.

(i) Despesa de imposto de renda e contribuição social corrente

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

(ii) Despesa de imposto de renda e contribuição social diferido

Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida.

Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Os lucros tributáveis futuros são determinados com base na reversão de diferenças temporárias tributáveis relevantes. Se o montante das diferenças temporárias tributáveis for insuficiente para reconhecer integralmente um ativo fiscal diferido, serão considerados os lucros tributáveis futuros, ajustados para as reversões das diferenças temporárias existentes, com base nos planos de negócios da controladora e de suas subsidiárias individualmente.

Ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.

Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço, e reflete a incerteza relacionada ao tributo sobre o lucro, se houver.

A mensuração dos ativos e passivos fiscais diferidos reflete as consequências tributárias decorrentes da maneira sob a qual a Companhia espera recuperar ou liquidar seus ativos e passivos.

Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

6.4 Imobilizado

O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico (Nota explicativa nº 15), menos depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens. O custo histórico também inclui os custos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos qualificados.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do período, quando incorridos.

A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício.

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável se o valor contábil do ativo for maior do que seu valor recuperável estimado. Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o valor contábil e são reconhecidos em "Outras receitas operacionais, líquidas" na demonstração do resultado.

Os terrenos não são depreciados. A depreciação é calculada sobre o valor histórico, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituído do custo, deduzido do valor residual. As vidas úteis estimadas, para o período corrente e comparativo, são as seguintes:

Itens do imobilizado	2021	2020
Edificações	25	25
Instalações	10	10
Equipamentos Telecomunicação	5-20	5-20
Máquinas e equipamentos	10	10
Móveis e utensílios	10	10
Equipamentos de informática	5	5
Outros	7	7

6.5 Intangível

Os ativos intangíveis que são adquiridos pela Companhia e que têm vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável.

Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os benefícios econômicos futuros incorporados ao ativo específico aos quais se relacionam. Todos os outros gastos, incluindo gastos com ágio gerado internamente e marcas e patentes, são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

A amortização é calculada utilizando o método linear baseado na vida útil estimada

Demonstrações de resultado Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de Reais)			
	Nota explicativa	2021	2020
Receita operacional líquida	24	218.285	184.717
Custo dos serviços prestados	25	(89.755)	(77.868)
Lucro bruto		128.530	106.849
Despesas operacionais			
Despesas com vendas	25	(37.742)	(33.161)
Despesas gerais e administrativas	25	(23.411)	(23.346)
Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber	9	(17)	44
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	26	(1.142)	403
		<u>(62.311)</u>	<u>(56.060)</u>
Resultado antes das despesas financeiras, líquidas e impostos		66.219	50.789
Resultado financeiro			
Receitas financeiras	27.a	2.233	1.741
Despesas financeiras	27.b	(3.814)	(3.646)
Resultado financeiro, líquido		(1.581)	(1.905)
Resultado de equivalência patrimonial	13	-	1.869
Resultado antes dos impostos		64.638	50.753
Imposto de renda e contribuição social correntes	22.b	(23.799)	(4.663)
Imposto de renda e contribuição social diferido	22.b	872	(353)
Lucro líquido do exercício		41.712	45.737

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do resultados abrangentes Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de Reais)			
		2021	2020
Lucro líquido do exercício		41.712	45.737
Outros resultados abrangentes			
Resultado abrangente do exercício		41.712	45.737

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do fluxo de caixa Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de Reais)			
	Nota explicativa	2021	2020

Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		64.638	50.753
--	--	--------	--------

Ajustes de:			
Depreciação e amortização	15 e 16	5.811	7.461
Resultado da alienação de imobilizado	26	(225)	70
Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber	9	17	(44)
Resultado de equivalência patrimonial	13	-	(1.869)
Depreciação sobre direito de uso	14	(2.048)	2.913
Provisão de bonificação de volume		3.500	2.605
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	21	(396)	(230)
Juros sobre alienação de investimentos	12. (a)	(320)	(33)
Atualizações dos depósitos judiciais e provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	21	217	257
		<u>71.194</u>	<u>61.882</u>

Variações nos ativos e passivos			
Contas a receber de clientes	9	535	(3.868)
Estoques		639	2
Partes relacionadas	10	1.287	99
Tributos a recuperar	11	6.717	(2.153)
Despesas antecipadas		404	(79)
Outros ativos		2.724	384
Fornecedores	17	786	334
Obrigações sociais e trabalhistas	19	1.827	960
Obrigações tributárias	20	2.422	(4.708)
Juros sobre arrendamento	18	2.194	2.536
Partes relacionadas	10	(43)	(9)
Outros passivos		<u>(3.044)</u>	<u>7.270</u>

Caixa gerado pelas atividades operacionais		87.642	62.650
Imposto de renda e contribuição social pagos		<u>(23.799)</u>	<u>(14.661)</u>
Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades operacionais		63.844	47.989

Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Aquisições de imobilizado/Intangível	15 e 16	(10.047)	(5.805)
Baixa de imobilizado/intangível			

mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados;

- como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e
- a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Ativos financeiros- avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamento de principal e juros

Para fins dessa avaliação, o "principal" é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os "juros" são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia considera:

- eventos contingentes que modifiquem o valor ou o a época dos fluxos de caixa;
- termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;
- o pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e
- os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo).

O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente - o que pode incluir uma compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial.

Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas:

Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado

(iii) Desreconhecimento

Ativos financeiros

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

A Companhia realiza transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos.

Passivos financeiros

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

(iv) Compensação

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

6.7 Redução ao valor recuperável (Impairment)

(i) Ativos financeiros não-derivativos

Instrumentos financeiros e ativos contratuais

A Companhia reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre:

- ativos financeiros mensurados ao custo amortizado; e
- ativos de contrato.

A Companhia mensura a provisão para perda em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira:

- títulos de dívida com baixo risco de crédito na data do balanço; e
- outros títulos de dívida e saldos bancários para os quais o risco de crédito (ou seja, o risco de inadimplência ao longo da vida esperada do instrumento financeiro) não tenha aumentado significativamente desde o reconhecimento inicial.

As provisões para perdas com contas a receber de clientes são mensuradas a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento.

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (forward-looking).

Os títulos recebíveis passam por todas as etapas de cobrança (Cobrança Interna, Serasa, Assessoria terceirizada e Comitê Jurídico) e após esgotadas todas as possibilidades de recuperação os valores não liquidados serão efetivamente contabilizados como incobráveis, dentro dos seguintes parâmetros:

- Valores abaixo de R\$ 6.000,00: Após 180 dias de vencido;
- Valores acima de R\$ 6.000,01: Após 360 dias de vencido.

A Companhia presume que o risco de crédito de um ativo financeiro aumenta significativamente se este estiver com mais de 180 dias de atraso.

A Companhia considera um ativo financeiro como inadimplente quando:

- é pouco provável que o devedor pague integralmente suas obrigações de crédito a Companhia, sem recorrer a ações como a realização da garantia (se houver alguma); ou
- o ativo financeiro estiver vencido há mais de 180 dias.

As perdas de crédito esperadas para a vida inteira são as perdas esperadas com crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplimento ao longo da vida esperada do instrumento financeiro.

Mensuração das perdas de crédito esperada

As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. As perdas de crédito são mensuradas a valor presente com base em todas as insuficiências de caixa (ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa devidos a Companhia de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que a Companhia espera receber).

Ativos financeiros com problemas de recuperação

Em cada data de balanço, a Companhia avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui "problemas de recuperação" quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis:

- dificuldades financeiras significativas do emissor ou do mutuário;
- quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência ou atraso de mais de 180 dias;
- reestruturação de um valor devido a Companhia em condições que não seriam aceitas em condições normais;
- a probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou
- o desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras.

Apresentação da provisão para perdas de crédito esperadas no balanço patrimonial

A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos.

Baixa

O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando a Companhia não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte. Com relação a clientes individuais, a Companhia adota a política de baixar o valor contábil bruto quando o ativo financeiro está vencido há 180 dias com base na experiência histórica de recuperação de ativos similares. Com relação a clientes corporativos, a Companhia faz uma avaliação individual sobre a época e o valor da baixa com base na existência ou não de expectativa razoável de recuperação. A Companhia não espera nenhuma recuperação significativa do valor baixado. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos da Companhia para a recuperação dos valores devidos.

6.8 Capital social

As ações ordinárias são classificadas no patrimônio líquido.

Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações são demonstrados no patrimônio líquido, em conta redutora do capital, líquidos de impostos.

6.9 Benefícios a empregados

Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso a Companhia tenha uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

Outros benefícios de longo prazo a empregados

A obrigação líquida da Companhia em relação a outros benefícios de longo prazo a empregados é o valor do benefício futuro que os empregados receberão como retorno pelo serviço prestado no ano corrente e em anos anteriores. Esse benefício é descontado para determinar o seu valor presente. Remensurações são reconhecidas no resultado do período.

6.10 Arrendamentos

No início de um contrato, a Companhia avalia se um contrato é ou contém um arrendamento.

Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação.

No início ou na modificação de um contrato que contém um componente de arrendamento, a Companhia aloca a contraprestação no contrato a cada componente de arrendamento com base em seus preços individuais. No entanto, para os arrendamentos de propriedades, a Companhia optou por não separar os componentes que não sejam de arrendamento e contabilizam os componentes de arrendamento e não arrendamento como um único componente.

A Companhia reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a data de início, mais quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo arrendatário e uma estimativa dos custos a serem incorridos pelo arrendatário na desmontagem e remoção do ativo subjacente, restaurando o local em que está localizado ou restaurando o ativo subjacente à condição requerida pelos termos e condições do arrendamento, menos quaisquer incentivos de arrendamentos recebidos.

O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear desde a data de início até o final do prazo do arrendamento, a menos que o arrendamento transfira a propriedade do ativo subjacente ao arrendatário ao fim do prazo do arrendamento, ou se o custo do ativo de direito de uso refletir que o arrendatário exercerá a opção de compra. Nesse caso, o ativo de direito de uso será depreciado durante a vida útil do ativo subjacente, que é determinada na mesma base que a do ativo imobilizado. Além disso, o ativo de direito de uso é periodicamente reduzido por perdas por redução ao valor recuperável, se houver, e ajustado para determinadas remensurações do passivo de arrendamento.

O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, pela taxa de empréstimo incremental da Companhia. Geralmente, a Companhia usa sua taxa incremental sobre empréstimo como taxa de desconto.

A Companhia determina sua taxa incremental sobre empréstimos obtendo taxas de juros de várias fontes externas de financiamento e fazendo alguns ajustes para refletir os termos do contrato e o tipo do ativo arrendado.

Os pagamentos de arrendamento incluídos na mensuração do passivo de arrendamento compreendem o seguinte:

- pagamentos fixos, incluindo pagamentos fixos na essência;
- pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de índice ou taxa, inicialmente mensurados utilizando o índice ou taxa na data de início;
- valores que se espera que sejam pagos pelo arrendatário, de acordo com as garantias de valor residual; e
- o preço de exercício da opção de compra se o arrendatário estiver razoavelmente certo de exercer essa opção, e pagamentos de multas por rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir o arrendatário exercendo a opção de rescindir o arrendamento

O passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado, utilizando o método dos juros efetivos. É remensurado quando há uma alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração em índice ou taxa, se houver alteração nos valores que se espera que sejam pagos de acordo com a garantia de valor residual, se a Companhia alterar sua avaliação se exercerá uma opção de compra, extensão ou rescisão ou se há um pagamento de arrendamento revisado fixo em essência.

Quando o passivo de arrendamento é remensurado dessa maneira, é efetuado um ajuste correspondente ao valor contábil do ativo de direito de uso ou é registrado no resultado se o valor contábil do ativo de direito de uso tiver sido reduzido a zero.

Arrendamentos de ativos de baixo valor

A Companhia optou por não reconhecer ativos de direito de uso e passivos de arrendamento para arrendamentos de ativos de baixo valor e arrendamentos de curto prazo. A Companhia reconhece os pagamentos de arrendamento associados a esses arrendamentos como uma despesa de forma linear pelo prazo do arrendamento.

6.11 Provisões

As provisões para ações judiciais (trabalhista, civil, tributária e Regulatório) são reconhecidas quando: a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada (constructive obligation) como resultado de eventos passados; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e o valor tiver sido estimado com segurança. As provisões não são reconhecidas com relação às perdas operacionais futuras.

Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquida-las é determinada, levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes dos efeitos tributários, a qual refleta as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

7 Novas normas e interpretações ainda não efetivas

Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2021. A Companhia não adotou essas normas na preparação destas demonstrações financeiras.

Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia:

- Concessões de aluguel relacionadas à COVID-19 após 30 de junho de 2021 (alteração ao CPC 06/IFRS 16);
- Revisão anual das normas IFRS 2018–2020;
- Imobilização: Receitas antes do uso pretendido (alterações ao CPC 27/IAS 16);
- Referência à Estrutura Conceitual (Alterações ao CPC 15/IFRS 3);
- Classificação do Passivo em Circulante ou Não Circulante (Alterações ao CPC 26/IAS 1);
- IFRS 17 Contratos de Seguros;
- Divulgação de Políticas Contábeis (Alterações ao CPC 26/IAS 1 e IFRS Practice Statement 2); e
- Definição de Estimativas Contábeis (Alterações ao CPC 23/IAS 8).

8 Caixa e equivalentes de caixa

	2021	2020
Caixa	61	65
Bancos – contas correntes	1.632	2.300
Aplicações financeiras (a)	13.912	17.159
(a) Total	15.605	19.524

(a) As aplicações financeiras correspondem a Certificados de Depósito Bancário – CDB, aplicações financeiras em fundos DI de renda fixa indexados pela variação do Certificado de Depósito Interbancários – CDI e fundos de crédito privado, com taxa anual de remuneração de 100,21% do CDI em 2021, e 115,37% do CDI em 2020.

9 Contas a receber de clientes

	2021	2020
Publicidade	27.666	26.599
Permutas	1.026	1.956
Outros	1.631	2.304
Perda por redução ao valor recuperável	(2.229)	(2.212)
Total	28.094	28.647

As contas a receber de clientes têm a seguinte composição por idade de vencimento:

	2021	2020
A vencer	26.793	28.260
Vencidos até 30 dias	1.203	240
Vencidos de 31 até 60 dias	55	90
Vencidos de 61 até 90 dias	2	5
Vencidos de 91 a 180 dias	29	14
Vencidos acima de 181 dias	2.241	2.250

	2021	2020
Perda por redução ao valor recuperável	(2.229)	(2.212)
Total	28.094	28.647

A provisão para perda por redução ao valor recuperável é constituída em montante considerado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas prováveis nas contas a receber de clientes. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (forward-looking). A movimentação no período encontra-se apresentada a seguir:

	2021	2020
Saldo em 1º de janeiro	(2.212)	(2.256)
Valores baixados	75	86
Constituição no período	(92)	(42)

Saldo em 31 de dezembro

	2021	2020
10 Partes relacionadas		

Os principais saldos de ativos, passivos e de resultado em 31 de dezembro de 2021 e 2020 relativos às operações com partes relacionadas, referem-se às transações entre as empresas do GRPCOM – Grupo Paraense de Comunicação, as quais estão, substancialmente, de acordo com as condições comerciais negociadas entre as partes levando em consideração a estrutura organizacional e operacional do Grupo, as quais, desta forma, poderiam ser diferentes caso fossem negociados com terceiros.

	2021	2020
Contas a receber (circulante):		
TV Cultura de Maringá Ltda.	80	588
TV Oeste do Paraná Ltda.	117	634
Editora Gazeta do Povo S.A.	886	355
TV Esplanada do Paraná Ltda.	69	364
TV Cataratas Ltda.	92	324
Rádio e Televisão Imagem Ltda.	57	266
Rádio Intercontinental Ltda.	81	94
Editora o Estado do Paraná S.A.	71	98
Rádio Continental de Curitiba Ltda.	31	40
LCP Imóveis Ltda.	1	1
Rádio Cultura de Marialva	10	17
Total	1.495	2.781

Outras contas a receber (*)

Lemanski Participações S.A.	2.831	3.762
Convergência Participações S.A	2.831	3.762
Total	5.662	7.524

Circulante	1.899	1.860
Não circulante	3.763	5.664

Contas a pagar (circulante):

Editora Gazeta do Povo S.A	7	49
TV Oeste do Paraná Ltda.	1	8
TV Cultura de Maringá Ltda.	2	4
TV Esplanada do Paraná Ltda.	6	-
TV Cataratas Ltda.	5	-
Rádio e Televisão Imagem Ltda.	-	5
Radio Continental de Curitiba Ltda.	23	-
Total	23	66

Recuperação de despesas ()**

	2021	2020
Editora Gazeta do Povo S.A.	3.617	3.142
TV Oeste do Paraná Ltda.	1.492	3.174
TV Cultura de Maringá Ltda.	965	2.748
TV Esplanada do Paraná Ltda.	850	1.761
TV Cataratas Ltda.	925	1.742
Rádio e Televisão Imagem Ltda.	716	1.410
Rádio Intercontinental Ltda.	888	936
Editora o Estado do Paraná S.A.	792	905
Rádio Continental Ltda.	358	398
Outros	12	6
Rádio Cultura de Marialva Ltda.	120	157
Total	10.735	16.379

(*) Em 2020, a Companhia realizou a venda dos seus investimentos junto a LCP Imóveis Ltda. (anteriormente denominada RPC Lab Sistemas e Administradora de Bens Ltda.) conforme descrito na nota explicativa 13.

(**) As recuperações de despesas referem-se ao rateio de despesas do centro de serviços compartilhados entre as empresas do GRPCOM – Grupo Paraense de Comunicação, onde os serviços financeiros, contábeis, recursos humanos e demais despesas de infraestrutura necessárias para o adequado funcionamento das Empresas são rateadas mensalmente e liquidadas em no máximo quarenta e cinco dias. Para cada natureza de gasto existe um critério de rateio específico, sendo o valor base do rateio o montante de despesa incorrida.

Do total de recuperação de despesas em 2021, R\$8.685 referem-se aos gastos compartilhados (R\$15.115 em 31 de dezembro de 2020). Adicionalmente aos gastos compartilhados a Companhia também recupera gastos que ocorrem exclusivamente para cada uma das empresas que compõem o GRPCOM, portanto, estão incluídas neste montante. O total de gastos recuperados desta natureza em 2021 foi de R\$2.051 (R\$1.264 em 2019).

Remuneração do pessoal-chave da Administração

O pessoal chave-chave da administração é composto pela diretoria da companhia. A remuneração é aprovada pelos acionistas da Companhia. O montante global da remuneração anual da diretoria ocorrido no exercício de 2021 foi de R\$2.520 (R\$2.364 em 31 de dezembro de 2020).

A remuneração do pessoal-chave da administração contempla os honorários e remunerações variáveis dos diretores, onde os benefícios são de curto prazo e os montantes estão registrados substancialmente na rubrica "Despesas gerais e administrativas".

11 Tributos a recuperar

	2021	2020
Circulante		
Imposto de Renda e Contribuição Social	98	6.782
Total circulante	98	6.782

Não Circulante	18	18
PIS e COFINS	-	33
Outros Tributos		
Total não circulante	18	52

Total	116	6.834
-------	-----	-------

12 Outras contas a receber

	2021	2020
Venda de participações (a)	5.662	7.523
Outras	186	1.040
	5.848	8.563

Circulante	2.085	2.900
Não Circulante	3.763	5.663
	5.848	8.563

(a) Trata-se dos valores a receber referente a venda das quotas da empresa LCP Imóveis Ltda. (anteriormente denominada RPC Lab Sistemas e Administradora de Bens Ltda.), conforme descrito na Nota Explicativa 13. Em 2021 foi realizado o recebimento dos valores correspondentes a segunda parcela no valor de R\$ 2.181, onde incorreram juros no valor de R\$ 320. Em 2020 aconteceu o pagamento da primeira parcela no valor R\$1.872 e juros de R\$33.

13 Investimentos

Em 2020 o saldo de equivalência patrimonial no montante de R\$ 1.869 referia-se, exclusivamente, a participação da Companhia na coligada LCP Imóveis Ltda. (anteriormente denominada RPC Lab Sistemas e Administradora de Bens Ltda.).

A LCP Imóveis Ltda. foi constituída em 2011 e tem sede na Rua Mamoré, 753, na cidade de Curitiba, Estado do Paraná, tendo como atividade principal à administração de bens próprios, locação, compra e venda de imóveis, além de prestar serviços de desenvolvimento e licenciamento de programas de computador customizáveis, suporte técnico, manutenção e outros serviços em tecnologia da informação, também presta serviços de consultoria em tecnologia da informação e desenvolvimento de programas de computador sob encomenda.

Conforme 8ª Alteração do Contrato Social, datado de 02 de dezembro de 2019, a LCP Imóveis Ltda. teve seu capital social aumentado mediante a emissão de novas quotas, totalmente subscritas e integralizadas por seus acionistas por meio da venda de ativos imobilizados.

De acordo com os termos da Cláusula 8ª do Contrato social da LCP Imóveis Ltda., as deliberações sociais são tomadas, em reunião de quotistas, pelo voto favorável de quotistas que representem pelos ¾ do seu capital social. Esta cláusula, em conjunto com outros acordos realizados entre os seus quotistas, caracteriza o controle compartilhado da LCP Imóveis Ltda. entre a Companhia e os seus demais quotistas.

Em 2020, a Companhia realizou a venda dos seus investimentos junto a LCP Imóveis Ltda., conforme 9ª Alteração do Contrato Social, datado de 24 de Agosto de 2020, através do contrato de cessão de quotas, onde a negociação realizada junto aos cessionários estabelece todos os termos e condições do acordo celebrado pelo contrato, assim como valor e forma de pagamento que ocorrerá através de cinco pagamentos anuais no valor de R\$ 1.872, com vencimentos sempre ao dia 30 de novembro de cada ano, iniciando-se em 2020, a findar-se em 2024. As parcelas de longo prazo serão corrigidas pela variação do IGP-M (FGV).

O valor da venda equivale ao valor do custo de aquisição atualizado pelo resultado da equivalência patrimonial na data da

(a) As adições nesta linha são provenientes dos contratos de locação de veículos, postos de transmissão e equipamentos de telecomunicação.

	2021			2020		
	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Custo	Depreciação acumulada	Líquido
Edifícios	835	(368)	467	698		
Instalações	8.215	(6.146)	2.069	2.752		
Móveis	1.715	(1.426)	289	354		
Equipamentos telecom	71.741	(60.290)	11.451	10.123		
Máquinas e equipamentos	4.462	(3.140)	1.322	1.313		
Equipamentos de informática	12.407	(10.894)	1.513	1.366		
Imobilizado em curso	2.018	-	2.018	857		
Outros	2.200	(1.485)	715	514		
Total	103.593	83.749	19.844	17.977		

Conciliação do saldo contábil									
	Edifícios	Instalações	Móveis	Equipamentos telecom	Máquinas e equipamentos	Equipamentos de informática	Imobilizado em curso	Outros	Total

Em 31 de dezembro de 2019	745	3.362	397	8.431	1.555	1.095	443	639	16.667
---------------------------	-----	-------	-----	-------	-------	-------	-----	-----	--------

Adições	-	168	68	4.243	28	883	414	-	5.804
Baixas	-	-	(3)	(5)	-	-	-	(137)	(145)
Depreciação	(47)	(778)	(112)	(2.547)	(270)	(612)	-	(58)	(4.424)
Baixas de depreciação	-	-	3	1	-	-	-	71	75
Em 31 de dezembro de 2020	698	2.752	353	10.123	1.313	1.366	857	515	17.977

Adições	1	57	32	4.314	282	861	1.338	987	7.872
Baixas	(328)	(2)	(5)	(629)	(6)	(371)	(177)	(737)	(2.256)
Depreciação	(39)	(738)	(95)	(2.625)	(269)	(595)	-	(66)	(4.426)
Baixas de depreciação	135	-	4	268	2	252	-	16	677
Em 31 de dezembro de 2021	467	2.069	289	11.451	1.322	1.513	2.018	715	19.844

Revisão e ajuste da vida útil estimada
A administração revisou os prazos de vida útil e valores residuais dos ativos e nenhum ajuste foi necessário.

Redução ao valor recuperável
De acordo com as normas descritas no CPC 1 - Redução ao valor recuperável de ativos, o ativo imobilizado da Companhia tem o seu valor recuperável analisado, no mínimo, anualmente, caso haja indicadores de que determinados ativos poderiam estar reconhecidos contabilmente por montantes acima do valor recuperável.

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a Administração não identificou indicadores de que o ativo imobilizado poderia apresentar problemas de *impairment*.

Ativos dados em garantia
Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, não possui bens dados em garantia para processos judiciais.

16 Intangível
Composição do saldo contábil

	2021			2020		
	Custo	Amortização acumulada	Líquido	Custo	Amortização acumulada	Líquido
Softwares	24.159	(22.151)	2.008	1.337		
Marcas e Patentes	146	-	146	146		
Intangível em Curso	150	-	150	31		
Total	24.455	(22.151)	2.304	1.514		

Em 31 de dezembro de 2019	4.374	146	31	4.551
---------------------------	-------	-----	----	-------

Amortização	(3.037)	-	-	(3.037)
Em 31 de dezembro de 2020	1.337	146	31	1.514
Adições	2.056	-	119	2.175
Baixas	(8)	-	-	(8)
Amortização	(1.385)	-	-	(1.385)
Baixas de Amortização	8	-	-	8
Em 31 de dezembro de 2021	2.008	146	150	2.304

17 Fornecedores
Em 31 de dezembro de 2021 o saldo de fornecedores, é no montante de R\$4.740 (R\$3.954 em 2020) referem-se basicamente a contas a pagar a fornecedores de publicidade, equipamentos e prestadores de serviços de segurança e vigilância, limpeza e conservação, consultoria de recrutamento, direitos autorais, entre outros.

18 Arrendamento
Os passivos de arrendamento são reconhecidos pelo valor presente dos seus fluxos de pagamentos à uma taxa incremental de desconto da Companhia, e em contra partida o ativo de direito de uso.
A taxa utilizada para o cálculo foi definida pela data de vigência dos contratos, abaixo demonstramos as principais taxas utilizadas:

Vigência (anos)	Taxa (ao mês)
5	0,85%
10	0,88%
15	0,93%
20	0,95%

Arrendamento	
Em 1º de janeiro de 2021	23.186
Atualizações/contratos	6.157
Juros apropriados no período	2.194
Amortização de arrendamentos	(5.407)
Em 31 de dezembro de 2021	26.129

Circulante	3.114
Não Circulante	23.015
Arrendamento	23.310
Em 1º de janeiro de 2020	(26)
Baixas	1.937
Novos contratos	2.536
Juros apropriados no período	(4.571)
Amortização de arrendamentos	(23.186)
Em 31 de dezembro de 2020	18.961
Circulante	4.225
Não Circulante	18.961

19 Obrigações sociais e trabalhistas

	2021	2020
Provisão para férias e encargos	5.352	5.393
Gratificações e PPR	8.580	6.219
Fator Acidentário de Prevenção – FAP (a)	42	138
Outras obrigações sociais e trabalhistas	748	1.146
Total	14.722	12.896

(a) Estes valores referem-se a Ação Ordinária nº 5002214-27.2010.401.7000, tendo como ré a União Federal, em que se postula o reconhecimento da inconstitucionalidade e a ilegalidade da exigência da majoração da alíquota da contribuição ao SAT/RAT e da sua flexibilidade pelo FAP, tal qual preconizam a Lei nº 10.666/03 os Decretos nº 6.042/07 e nº 6.957/09 e as Resoluções CNPS nº 1.308 e nº 1.309. Os valores provisionados nesta conta estão sendo liquidados via depósito judicial até o efetivo desfecho da ação.

20 Obrigações tributárias

	2021	2020
PIS e COFINS	1.012	994
Imposto de renda e contribuição social	3.298	1.951
Outros tributos a recolher	1.643	587
Total	5.953	3.532

21 Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas
a. Riscos cíveis e trabalhistas provisionados
Com base na análise individual dos processos impetrados contra a Companhia e suportadas por opinião de seus consultores jurídicos, foram constituídas provisões no passivo não circulante, para riscos com perdas consideradas prováveis, demonstradas a seguir:

	2020	Adições	Baixas	Atualização monetária	2021
Cíveis (i)	110	5	-	7	122
Trabalhistas (ii)	4.691	851	(1.217)	88	4.413
Outros	-	23	-	23	23
Total	4.801	879	(1.217)	96	4.559

(-) Depósitos judiciais vinculados a contingências passivas

(-) Depósitos judiciais vinculados a contingências passivas	(1.773)	(240)	140	(55)	(1.928)
Total	3.028	639	(1.076)	40	2.631

(i) Referem-se principalmente a reclamatórias cíveis relacionadas a danos morais e

materiais decorrentes de questionamentos por supostas publicações de reportagens/matérias veiculadas.

(ii) Referem-se principalmente a pedidos de horas extras, seguro desemprego, danos morais, comissões, prêmios de vendas, participações nos lucros, entre outros pedidos. A Companhia é parte em ações de naturezas civil, tributária e trabalhista, envolvendo riscos de perda classificados pela administração como prováveis, possíveis e remotas, com base na avaliação de seus consultores jurídicos. O valor total das ações classificadas como possíveis e remotas em 31 de dezembro de 2021, para as quais não há provisão constituída é de R\$ 11.159 (R\$ 10.239 em 2020).

	2020	Adições	Atualização monetária	2021
Provisão INCRA	1.995	82	50	2.127
Provisão SAT/FAP (i)	11.110	474	285	11.870
Total	13.105	557	335	13.997

Depósitos Judiciais INCRA	(1.986)	(84)	(51)	(2.120)
Depósitos Judiciais SAT/FAP	(10.972)	(502)	(354)	(11.828)
Total	(12.958)	(586)	(404)	(13.949)
Total da Provisão INCRA	9	(1)	(1)	7
Total da Provisão SAT/FAP	138	(28)	(69)	41

(i) Refere-se a Ação Ordinária nº 5002214-27.2010.401.7000, tendo como ré a União Federal, em que se postula o reconhecimento da inconstitucionalidade e a ilegalidade da exigência da majoração da alíquota da contribuição ao SAT/RAT e da sua flexibilidade pelo FAP, tal qual preconizam a Lei nº 10.666/03 os Decretos nº 6.042/07 e nº 6.957/09 e as Resoluções CNPS nº 1.308 e nº 1.309. A Companhia possui um passivo registrado na rubrica "Obrigações sociais e trabalhistas".

	2020	Adições	Baixas	Atualização monetária	2021
PIS/COFINS	2.785	136	(322)	93	2.692
(-)Depósitos judiciais vinculados PIS/COFINS	(2.761)	(137)	322	(53)	(2.761)
Total dos depósitos judiciais - PIS/COFINS	24	(1)	-	(1)	22

(ii) "Referem-se as Ações Ordinárias nº 5042911-17.2015.404.7000, 5022209-21.2013.404.7000 e 2005.70.00.002620-7, tendo como ré a União Federal, em que se postula o reconhecimento da inconstitucionalidade e a ilegalidade da exigência de PIS e COFINS sobre outras receitas durante a vigência da Lei nº 9.718/98, até o advento das Leis nºs 10.637/2002 e 10.833/2003, e receitas financeiras decorrente da majoração de alíquotas promovida pelo Decreto nº 8.426/15, assegurando-lhe o direito de permanecer sujeita à alíquota zero prevista no Decreto nº 5.442/05, em respeito aos princípios da legalidade (arts. 5º, II e 150, I, 153, § 1º e 177, § 4º, I, b, da CF/88; e 97, do CTN) e da isonomia (art. 150, II, CF/88), e à própria norma de incidência das contribuições (art. 195, I, b, e §§ 9º e 12, da CF/88; art. 1º da Lei nº 10.637/02; e art. 1º da Lei nº 10.833/03)."

	2020	Adições	Atualização Monetária	Baixas	2021
INSS SESC	2.450	-	188	(1.405)	1.233
(ii)	2.450	-	188	(1.405)	1.233

(iii) Refere-se substancialmente a ação judicial cujo objetivo era ser reconhecida a inexigibilidade da contribuição ao Serviço Social do Comércio - SESC, a qual era cobrada das empresas, a alíquota de 1,5% sobre a folha de salários mensal, inclusa no valor de "terceiros" arrecadada pela Secretaria da Receita Federal do Brasil. Pleito que incluiu os depósitos judiciais feitos pela Companhia e a devolução dos valores recolhidos nos últimos 10 anos anteriores ao ajuizamento. Em 20 de junho de 2011 ocorreu o trânsito em julgado, referente a um dos períodos pleiteados, do último recurso ainda pendente, que deu parecer favorável a todo o pleito da Companhia, não cabendo mais qualquer recurso. Em 2013, 2020 e em 2021 ocorreram retornos parciais destes valores.

22 Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos
a. Composição do imposto de renda e da contribuição social diferidos
A Administração da Companhia possui créditos tributários decorrentes de diferenças temporárias. A Administração pode estimar com razoável segurança os lucros tributáveis futuros para os próximos cinco anos que garantem a compensação dos referidos créditos tributários existentes na data do balanço, conforme composição abaixo:

	2021	2020
Diferenças temporárias:		
Ativos		
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	4.559	4.801
Provisão para participações nos lucros	8.580	6.219
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	25	32
Provisão para comissões e bonificação de volume	1.878	1.037
Outras provisões	640	337
Passivas:		
Depreciação vida útil	(1.447)	(759)
Total	14.235	11.667
Alíquota efetiva	34%	34%
Imposto diferido ativo, líquido	4.840	3.967

Os passivos e ativos diferidos de imposto de renda e da contribuição social, decorrentes de diferenças temporárias, são reconhecidos contabilmente levando-se em consideração a realização provável desses tributos, a partir de projeções de resultados futuros elaborados com base em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações.

b. Reconciliação do cálculo do imposto de renda e contribuição social

	2021	2020
Resultado antes do IRPJ e CSLL	64.638	50.753
Equivalência Patrimonial	-	(1.869)
Resultado Ajustado	64.638	48.884
Alíquota (%)	34%	34%
Imposto de Renda e Contribuição Social aplicados à alíquota	21.977	16.621
Compensação de Propaganda Eleitoral (i)	-	(12.565)
Ajustes IRPJ/CSLL anos anteriores (ii)	100	65
Arrendamento - CPC 06(R2)	304	299
Despesas Indedutíveis, Outras (adições) exclusões, líquidas	872	447
Outras (adições) exclusões, líquidas	(327)	150
IRPJ e CSLL no exercício	22.926	5.016
Imposto de renda e CSLL corrente	23.799	4.663
Imposto de renda e CSLL diferido	(872)	353

(i) Dedução de propaganda eleitoral conforme previsto no Decreto Federal nº 7.791/2012.
(ii) Ajustes no resultado inerentes a conciliação dos saldos de crédito de IRPJ/CSLL correntes de anos anteriores.

23 Patrimônio líquido
a. Capital social
Em 31 de dezembro de 2020 e de 2021 o capital social é de R\$16.696, composto por 13.800.000 ações ordinárias sem valor nominal.

b. Reserva de capital
A reserva de capital é constituída basicamente com base no disposto da Lei no 8.200/91 referente aos efeitos da correção monetária do capital, enquanto não capitalizados, que poderá ser utilizado pela Companhia para aumento de capital. Em 2021 e 2020 o saldo da reserva de capital é de R\$ 8.792.

c. Reserva de lucros
(i) Reserva legal
Composto pela reserva legal, constituída na proporção de 5% do lucro líquido do exercício e limitada a 20% do capital social. Em 2020 e 2021 não houve constituição devido à reserva legal já ter atingido o limite obrigatório.

(ii) Retenção de lucros
Refere-se ao saldo excedente ao dividendo mínimo de 25% do capital social que será proposto e pago no exercício seguinte. Em 2021 o saldo da reserva de lucro é de R\$ 18.502, já em 2020 é de R\$ 34.302.

d. Dividendos
Aos acionistas são destinados dividendos mínimos de 25% do resultado de cada exercício, apurados depois de constituída a reserva legal de 5% do lucro líquido e limitados a 20% do capital social integralizado.

	2021	2020
Dividendos propostos sobre o lucro de 2019	-	32.512
Dividendos propostos sobre o lucro de 2020 AGO 49	34.302	-
Dividendos propostos sobre a Reserva de lucros a realizar – AGO 49	542	-
Dividendos mínimos obrigatórios	10.428	11.434
Dividendos complementares sobre lucro de 2021	12.781	-
Total	58.053	43.946

Dividendos pagos	(62.000)	(40.000)
Dividendos a pagar	-	3.947

	2021	2020
Receita operacional bruta:		
Publicidade	222.618	188.996
Produção de comerciais	1.454	1.893
Geração digital	1.756	1.550
Outras vendas	5.248	4.657
Total	231.076	195.496
Deduções:		
Impostos incidentes sobre vendas e serviços	(12.791)	(10.779)
Total	(12.791)	(10.779)

Receita operacional líquida	218.285	184.717
-----------------------------	----------------	----------------

25 Custo dos serviços prestados, despesas gerais e administrativas e de vendas

	2021	2020
Despesa de pessoal	(62.880)	(57.124)
Serviços prestados por terceiros	(44.916)	(41.838)
Comissões vendas	(19.219)</	

como os impactos para os seus negócios. A Administração está avaliando o assunto também junto aos seus clientes, fornecedores e demais credores e até o momento não foram identificados impactos materiais para os seus negócios.

A Administração continua a avaliar de forma permanente os possíveis impactos do surto nas operações e na posição patrimonial e financeira da Companhia, e tem implementado as medidas apropriadas para mitigação dos riscos identificados. Até o momento, as seguintes medidas foram tomadas:

- Negociações pontuais com clientes e fornecedores, avaliando, caso a caso, a melhor alternativa que atenda às necessidades da Companhia e dos seus parceiros comerciais, bem como para identificar oportunidades futuras.
- Reavaliação do Plano de Investimentos para o ano de 2020, objetivando a manutenção do Fluxo de Caixa da Companhia.
- Adoção imediata de todas as medidas disponibilizadas pelo Governo Federal, aplicáveis ao nosso setor, objetivando a salvaguarda do resultado e do fluxo de caixa da Companhia.
- Implantação de Protocolos de Segurança para todos os funcionários que permaneceram executando suas atividades nos postos de trabalho.
- Teletrabalho para áreas que suportam tal modelo.

Neste cenário, a Companhia também avaliou as seguintes estimativas das Demonstrações Financeiras:

(i) Perdas de crédito esperadas decorrentes dos impactos do COVID-19
A Companhia avaliou a posição do saldo do contas a receber em 31 de dezembro de 2021, e não identificou créditos de difícil recuperação ou de liquidação duvidosa em virtude da pandemia. Tal análise foi feita com base nas políticas contábeis da Companhia e na avaliação da situação financeira dos credores considerando o ambiente econômico atual.

(ii) Redução ao valor recuperável de ativos tangíveis e intangíveis
A Companhia avaliou os indicativos de desvalorização de ativos decorrentes da pandemia e concluíram que não há indicativos de mudança no valor recuperável de seus ativos imobilizados e intangíveis.

(iii) Cumprimento de obrigações assumidas com clientes e fornecedores
A Companhia avaliou seus principais contratos de fornecimento e suprimento, junto a fornecedores e clientes, respectivamente, e concluiu que, apesar dos impactos causados pela pandemia, as obrigações contratuais foram cumpridas e, portanto, nesse momento não há evidências ou formalizações de insolvência ou falta de liquidez dos contratos.

patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Sociedade Rádio Emissora Paranaense S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião
Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras
A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.
Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras
Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:
– Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O

risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

– Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

– Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

– Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

– Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Curitiba, 28 de abril de 2022

KPMG Auditores Independentes
CRC PR-007945/F-7

Cristiano Aurélio Kruk
Contador CRC PR - 054366/O-0

Mariano Lemanski
Presidente

Marcelo Fabiano de Souza Palombo
Contador CRC/PR pr-056390/O-5

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Opinião
Examinamos as demonstrações financeiras da Sociedade Rádio Emissora Paranaense S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do

TRIBUNA

QUER ANUNCIAR?

SEU NEGÓCIO NO IMPRESSO E NO DIGITAL

(41) 3515-8731

publicidadelegal@tribunadoparana.com.br

Esta página faz parte da edição 100% digital produzida pelo jornal **Tribuna do Paraná**



Para versão digital acesse o link:
<https://tribunapr.uol.com.br/publicidade-legal/anunciante/csx-inovacao-s-a/>

CSX INOVACAO S.A

CNPJ: 41.848.984/0001-42

Período da Escrituração: 06/05/2021 a 31/12/2021 Número de Ordem do Livro: 1

Período Selecionado: 06 de Maio de 2021 a 31 de Dezembro de 2021

BALANÇO PATRIMONIAL			
Descrição	Nota	Saldo Inicial	Saldo Final
ATIVO		R\$ 0,00	R\$ 5.492.190,94
ATIVO CIRCULANTE		R\$ 0,00	R\$ 3.419.826,41
DISPONIVEL		R\$ 0,00	R\$ 10.477,75
CAIXA		R\$ 0,00	R\$ 10.000,00
CAIXA		R\$ 0,00	R\$ 10.000,00
DEPOSITO BANCARIO A VISTA		R\$ 0,00	R\$ 477,75
CAIXA ECONOMICA FEDERAL		R\$ 0,00	R\$ 456,63
BANCO DO BRASIL		R\$ 0,00	R\$ 21,12
CLIENTE		R\$ 0,00	R\$ 2.616.670,77
CONTAS A RECEBER		R\$ 0,00	R\$ 2.616.670,77
CLIENTES DIVERSOS		R\$ 0,00	R\$ 2.616.670,77
OUTROS CREDITOS		R\$ 0,00	R\$ 30.431,34
ADIANTAMENTO A TERCEIROS		R\$ 0,00	R\$ 28.892,00
ADIANTAMENTO FORNECEDORES		R\$ 0,00	R\$ 24.104,32
IMPORTACAO EM ANDAMENTO		R\$ 0,00	R\$ 4.787,68
ADIANTAMENTO A FUNCIONARIOS		R\$ 0,00	R\$ 1.450,00
ADIANTAMENTO DE VIAGEM		R\$ 0,00	R\$ 1.450,00
IMP_RECUPERAR/COMPENSAR		R\$ 0,00	R\$ 89,34
IRRF A RECUPERAR		R\$ 0,00	R\$ 32,13
CSLL A RECUPERAR		R\$ 0,00	R\$ 57,21
INVESTIMENTOS		R\$ 0,00	R\$ 400.000,00
APLICACOES FINANCEIRAS		R\$ 0,00	R\$ 400.000,00
BANCO DO BRASIL		R\$ 0,00	R\$ 400.000,00
ESTOQUES		R\$ 0,00	R\$ 362.246,55
ESTOQUE PARA REVENDA		R\$ 0,00	R\$ 362.246,55
COMPRAS PARA REVENDA		R\$ 0,00	R\$ 362.246,55
NAO CIRCULANTE		R\$ 0,00	R\$ 2.072.364,53
INVESTIMENTOS		R\$ 0,00	R\$ 500,00
PARTICIPACOES SOCIETARIAS		R\$ 0,00	R\$ 500,00
A.V.HOLDING		R\$ 0,00	R\$ 500,00
ATIVO IMOBILIZADO		R\$ 0,00	R\$ 2.071.864,53
BENS OPERACAO - INTANGIVEIS		R\$ 0,00	R\$ 1.926.176,97
SOFTWARE		R\$ 0,00	R\$ 1.926.176,97
BENS OPERACAO - TANGIVEIS		R\$ 0,00	R\$ 123.333,79
RASTREADORES		R\$ 0,00	R\$ 71.829,93
PERIFERICOS DE RASTREADORES		R\$ 0,00	R\$ 12.618,23
CENTRAIS TELEFONICAS		R\$ 0,00	R\$ 6.670,00
FERRAMENTAS		R\$ 0,00	R\$ 13.461,92
HARDWARE		R\$ 0,00	R\$ 5.015,79
SOFTWARE		R\$ 0,00	R\$ 13.145,00
MOVEIS E UTENSILIOS		R\$ 0,00	R\$ 592,92
(-) DEPRECIACAO ACUMULADA		R\$ 0,00	R\$ (587,54)
CENTRAIS TELEFONICAS		R\$ 0,00	R\$ (55,58)
FERRAMENTAS		R\$ 0,00	R\$ (224,36)
HARDWARE		R\$ 0,00	R\$ (83,58)
SOFTWARE		R\$ 0,00	R\$ (219,08)
MOVEIS E UTENSILIOS		R\$ 0,00	R\$ (4,94)
IMOBILIZADO EM ANDAMENTO		R\$ 0,00	R\$ 22.941,31
PROJETO IMOBILIZADO EM ANDAMENTO		R\$ 0,00	R\$ 22.941,31
PASSIVO		R\$ 0,00	R\$ 5.492.190,94
PASSIVO CIRCULANTE		R\$ 0,00	R\$ 3.294.123,69
EXIGIVEL		R\$ 0,00	R\$ 3.294.123,69
OUTRAS OBRIGACOES		R\$ 0,00	R\$ 587.913,39
CONSILUX CONSULTORIA E CONST		R\$ 0,00	R\$ 587.913,39
ELETRICAS LTDA		R\$ 0,00	R\$ 725.584,92
FORNECEDORES		R\$ 0,00	R\$ 725.584,92
FORNECEDORES DIVERSOS		R\$ 0,00	R\$ 725.584,92
OBRIGACOES TRABALHISTAS		R\$ 0,00	R\$ 1.245.372,16
SALARIOS A PAGAR		R\$ 0,00	R\$ 247.431,85
RESCISAO A PAGAR		R\$ 0,00	R\$ 4.226,76
IRRF A RECOLHER		R\$ 0,00	R\$ 256.442,71
INSS A RECOLHER		R\$ 0,00	R\$ 606.283,44
FGTS A RECOLHER		R\$ 0,00	R\$ 130.626,18
CONTRIBUICAO ASSISTENCIAL		R\$ 0,00	R\$ 361,22
OBRIGACOES FISCAIS		R\$ 0,00	R\$ 488.740,38
ICMS A RECOLHER		R\$ 0,00	R\$ 196.351,90
PIS A RECOLHER		R\$ 0,00	R\$ 31.599,77
COFINS A RECOLHER		R\$ 0,00	R\$ 145.549,04
ISS A RECOLHER		R\$ 0,00	R\$ 293,87
IRPJ A RECOLHER		R\$ 0,00	R\$ 71.945,29
CSLL A RECOLHER		R\$ 0,00	R\$ 31.660,30
IRRF S/ NFS		R\$ 0,00	R\$ 2.395,86
PIS/COFINS/CSLL A RECOLHER		R\$ 0,00	R\$ 8.944,35
PROVISOES		R\$ 0,00	R\$ 246.512,84
FERIAS		R\$ 0,00	R\$ 180.199,72
INSS		R\$ 0,00	R\$ 51.897,33
FGTS		R\$ 0,00	R\$ 14.415,79
PATRIMONIO LIQUIDO		R\$ 0,00	R\$ 2.198.067,25
CAPITAL SOCIAL		R\$ 0,00	R\$ 10.000,00
CAPITAL REALIZADO		R\$ 0,00	R\$ 10.000,00
CAPITAL SOCIAL SUBSCRITO		R\$ 0,00	R\$ 100.000,00
(-) CAPITAL A INTEGRALIZAR		R\$ 0,00	R\$ (90.000,00)
RESERVAS		R\$ 0,00	R\$ 2.188.067,25
RESERVAS DE CAPITAL		R\$ 0,00	R\$ 1.949.156,00
RESERVA PARA AFAC		R\$ 0,00	R\$ 1.949.156,00
LUCROS/PREJUIZOS ACUMULADOS		R\$ 0,00	R\$ 238.911,25
LUCROS OU PREJUIZOS ACUMULADOS		R\$ 0,00	R\$ 238.911,25

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO DO EXERCÍCIO	
RECEITA OPERACIONAL BRUTA	2.618.767,26
RECEITA BRUTA	2.618.767,26
RECEITA DE SERVIÇOS MONITORAMENTO/	
RATREAMENTO MENSAL	2.059,31
RECEITA DE SERVIÇOS MONITORAMENTO/	
RATREAMENTO ADESÃO	600,00
RECEITA DE SERVIÇOS PRESTADOS	3.511,92
VENDA DE MERCADORIA	2.612.596,03
DEDUÇÕES DA RECEITA BRUTA	470.226,47
(-) DEDUÇÕES DA RECEITA BRUTA	470.226,47
ICMS SOBRE VENDAS	250.934,83
ISS SOBRE SERVIÇOS	308,56
PIS SOBRE RECEITA BRUTA	39.062,04
COFINS SOBRE RECEITA BRUTA	179.921,04
RECEITA LÍQUIDA	2.148.540,79
CUSTOS	0,00
LUCRO BRUTO	2.148.540,79

DESPESAS OPERACIONAIS	1.794.190,22
DESPESAS	1.794.190,22
PESSOAL	828.387,96
SALARIOS E ORDENADOS	1.319.117,78
FERIAS	3.215,38
13. SALARIO	137.749,66
HORAS EXTRAS	26.964,71
ADICIONAL NOTURNO	4.390,81
GRATIFICAÇÕES	240.020,20
AVISO PREVIO E INDENIZAÇÕES	4.766,44
PROVISAO DE FERIAS	180.199,72
(-) CAPITALIZAÇÃO GASTOS COM PESSOAL (PROVENTOS)	-1.926.176,97
INSS SOBRE SALARIOS E ORDENADOS	498.544,94
FGTS SOBRE SALARIOS E ORDENADOS	138.570,96
INSS SOBRE FERIAS E 13. SALARIO	51.781,20
FGTS SOBRE FERIAS E 13. SALARIO	14.415,79
ASSISTENCIA MEDICA	68.419,52
VALE TRANSPORTE	179,63
VALE REFEIÇÃO	64.316,33
VALE ALIMENTAÇÃO	31,86
AUXILIO HOME OFFICE	1.880,00
MATERIAL DE ESCRITORIO	14.020,31
MATERIAL DE ESCRITORIO E CONSUMO	3.790,33
DESPESAS COM EQUIPAMENTOS DE INFORMATICA E PERIFERICOS	1.614,41
ALUGUEL DE EQUIPAMENTOS	684,00
SERVIÇOS GRAFICOS	3.125,00
OUTRAS DESPESAS COM EXPEDIENTE	2.543,78
BENS DE PEQUENO VALOR	2.262,79
DESPESAS COM CONSULTORIAS	426.834,44
CONSULTORIA E HONORARIOS DE SERVIÇOS TECNICOS	47.663,43
TERCEIRIZAÇÃO DE MAO DE OBRA	192.401,00
SERVIÇOS TECNICOS DE TERCEIROS	109.230,18
RECRUTAMENTO E SELEÇÃO	66.831,33
CERTIFICAÇÕES E HOMOLOGAÇÕES	10.708,50
DESPESAS COM VEICULOS	13.754,64
ALUGUEL DE VEICULOS	5.938,80
COMBUSTIVEL E CONSERVAÇÃO DE VEICULOS	2.195,84
ESTACIONAMENTO	5.620,00
DESPESAS PREDIAIS	118.488,45
ALUGUEL DE IMOVEIS	77.433,54
CONDOMINIOS	14.963,29
IPTU E TAXAS	21.580,99
MATERIAIS DE LIMPEZA	4.510,63
DESPESAS COM VIAGENS	28.480,86
PASSAGENS AEREAS	15.996,15

LANCHES E REFEIÇÕES EM VIAGENS	4.682,70
TRANSPORTE E TRANSLADO EM VIAGEM	6.389,09
OUTRAS DESPESAS DE VIAGEM	1.272,92
HOSPEDAGEM	140,00
DESPESAS COM COMUNICAÇÃO	75.937,32
TELEFONIA OPERACIONAL	73.302,66
MALOTES, POSTAIS E SERVIÇOS LOGISTICOS	2.634,66
DESPESAS COM MARKETING	29.871,88
PUBLICIDADE, MARKETING E PROPAGANDA	3.125,00
OUTRAS DESPESAS COMERCIAIS	26.746,88
OUTRAS DESPESAS DE TI	216.989,93
MANUTENÇÃO DE HARDWARE	2.908,85
MANUTENÇÃO DE SOFTWARE E LICENÇA DE USO	190.682,06
SUORTE E SERVIÇOS TECNICOS DE TI	20.104,27
OUTRAS DESPESAS DE TI	3.294,75
AMORTIZAÇÃO DE SOFTWARE E P&D	885,00
AMORTIZAÇÃO DE P&D	885,00
OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS	39.951,89
COPA E COZINHA	809,00
EMOLUMENTOS JUDICIAIS E CARTORAIIS	168,30
TAXAS DIVERSAS	9.185,00
OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS	16.125,00
OUTROS SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS	2.533,15
SEGURO DE VIDA	773,00
SEGURO	1.094,13
DESPESAS INDEDUTIVEIS	9.264,31
DEPRECIACOES	587,54
DEPRECIACAO DE MOVEIS E UTENSILIOS	4,94
DEPRECIACAO DE EQUIPAMENTOS DE TELECOMUNICACAO	55,58
DEPRECIACAO DE EQUIPAMENTOS DE TI	302,66
DEPRECIACAO DE MAQUINAS, EQUIPAMENTOS E FERRAMENTAS	224,36
RESULTADO ANTES DAS OPERAÇÕES FINANCEIRAS	354.350,57
RECEITAS FINANCEIRAS	214,52
DESCONTOS OBTIDOS	214,52
DESPESAS FINANCEIRAS	12.048,25
DESPESAS FINANCEIRAS E BANCARIAS	1.009,83
IOF - IMPOSTO SOBRE OPERAÇÕES FINANCEIRAS	1.730,98
JUROS E ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA	9.058,50
OUTRAS DESPESAS FINANCEIRAS	248,93
DESCONTOS CONCEDIDOS	0,01
RESULTADO ANTES DAS PROVISÕES TRIBUTÁRIAS	342.516,84
PROVISÕES TRIBUTÁRIAS (CSLL/IRPJ)	103.605,59
PROVISAO PARA CSLL E IRPJ	103.605,59
CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	31.660,30
IMPOSTO DE RENDA	71.945,29
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	238.911,25

ALDO VENDORAMIN:36001902968
 02968
 Assinado de forma digital por ALDO VENDORAMIN:36001902968
 Dados: 2022.05.13 12:03:26 -03'00'

ALDO VENDORAMIN
 DIRETOR
 CPF 360.019.029-68

RAMIRO TAKENORI YRYU RODRIGUES:36257826934
 Assinado de forma digital por RAMIRO TAKENORI YRYU RODRIGUES:36257826934
 Dados: 2022.05.13 12:03:48 -03'00'

RAMIRO TAKENORI YRYU
 CONTADOR
 CRC PR 026402/O-7

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Histórico	Código de Aglutinação das Contas de Patrimônio Líquido				Total (R\$)
	CAPITAL SOCIAL SUBSCRITO (R\$)	(-) CAPITAL A INTEGRALIZAR (R\$)	RESERVA PARA AFAC (R\$)	LUCROS OU PREJUIZOS ACUMULADOS (R\$)	
Saldo Inicial em 06.05.2021	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
LUCRO DO EXERCICIO				238.911,25	238.911,25
CAPITAL	100.000,00	(-)90.000,00			10.000,00
RESERVA PARA AFAC			1.949.156,00		1.949.156,00
Saldo Final em 31.12.2021	100.000,00	(-)90.000,00	1.949.156,00	238.911,25	2.198.067,25



Anuncie suas
atas e editais
 aqui, ligue:

(41) 3515-8731

publicidadelegal@tribunadoparana.com.br

TRI
 BU
 NA

Esta página faz parte
 da edição 100% digital
 produzida pelo jornal
Tribuna do Paraná

TBR160522 pdf

Código do documento 1173f6db-9f19-42bb-8e1a-b578f15bd274



Assinaturas



EDITORA O ESTADO DO PARANA SA
Certificado Digital
tppubleg@tribunadoparana.com.br
Assinou

Eventos do documento

15 May 2022, 21:49:28

Documento 1173f6db-9f19-42bb-8e1a-b578f15bd274 **criado** por EDITORA O ESTADO DO PARANA SA (d7977d86-df19-41d5-8598-d72d8b545190). Email:tppubleg@tribunadoparana.com.br. - DATE_ATOM: 2022-05-15T21:49:28-03:00

15 May 2022, 21:50:02

Assinaturas **iniciadas** por EDITORA O ESTADO DO PARANA SA (d7977d86-df19-41d5-8598-d72d8b545190). Email: tppubleg@tribunadoparana.com.br. - DATE_ATOM: 2022-05-15T21:50:02-03:00

15 May 2022, 21:50:46

ASSINATURA COM CERTIFICADO DIGITAL ICP-BRASIL - EDITORA O ESTADO DO PARANA SA **Assinou** Email: tppubleg@tribunadoparana.com.br. IP: 191.177.66.80 (bfb14250.virtua.com.br porta: 21692). Dados do Certificado: C=BR,O=ICP-Brasil,OU=Certisign Certificadora Digital S.A.,OU=AC Certisign Multipla G7,OU=A1,CN=EDITORA O ESTADO DO PARANA SA. - DATE_ATOM: 2022-05-15T21:50:46-03:00

Hash do documento original

(SHA256):3014b248cfa8210e539ffec75afc09e28021743aebc58dcc1982f9c643593219

(SHA512):82e79975a3f7bef05ab7d2e3047bd7e89831bcd9de00aa95bdcc5881deb84a9a39b7f0e5d42af634dd945efc182bcbebf78cb898001a0f40d3e59007dc8adc3

Esse log pertence **única e exclusivamente** aos documentos de HASH acima

Esse documento está assinado e certificado pela D4Sign